ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ACÓRDÃO N.º. 009/2023/CRF/PMPV

ACÓRDÃO N.º. 009/2023/CRF/PMPV

SESSÃO ORDINÁRIA N.º	019/2023/CRF/PMPV, 020/2023/CRF/PMPV e 025/2023/CRF/PMPV
RECURSO VOLUNTÁRIO N.º	002/2023/CRF/PMPV
AUTO DE INFRAÇÃO N.º	001715
RECORRENTE	INSTITUTO JOÃO NEORICO
RECORRIDO	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
PROCESSO N.º	06.01555-000/2016
CNPJ/MF N.º	08.155.411/0001-68
VALOR ORIGINÁRIO (R\$)	R\$. 670,69 (SEISCENTOS E SETENTA REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS).

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO-FISCAL. TAXA PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA – ENTIDADE, SEM FINS LUCRATIVOS, COM ISENÇÃO DA TAXA DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO ANUAL RECONHECIDA PELO PODER JUDICIÁRIO. ERRO OU IMPRECISÃO NA INDICAÇÃO DA INFRAÇÃO, CONDICIONANDO A SUA EMISSÃO, TAMBÉM, AO PAGAMENTO DA REFERIDA TAXA, RESULTA EM NULIDADE DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. 1. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder. 2. Compete privativamente ao Fisco Municipal, pelos seus órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas inerentes ao Poder de Polícia, que serão exercidas pelos seus agentes fiscais sobre todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, que estiverem obrigadas ao cumprimento das aludidas normas, ainda que imunes ou isentos. 3. A ausência de elementos capazes de conferir certeza de que houve o conhecimento do sujeito passivo sobre o fato infracional que se pretendeu lhe imputar, pode resultar em nulidade processual, com oportunidade para refazimento do lançamento, objetivando garantir a verdade material, a segurança jurídica e o devido processo legal, observado o prazo decadencial. Em conformidade com o Art. 142, *caput*, do CTN, Art. 156, Parágrafo Único, da LC n.º 199/2004 (Decisão Judicial Transitada em Julgado - 7008635-97.2016.8.22.0001/TJ-RO).

Recurso Voluntário Conhecido, com preliminar improvida e mérito provido...

(...) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os membros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais decidem: **CONHECER do recurso voluntário para rejeitar, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator Dyego Alves de Melo, a preliminar arguida de afronta ao princípio constitucional da coisa julgada, e, no mérito, por maioria de votos dos presentes (4 x 2), decidir pelo seu PROVIMENTO, nos termos do voto divergente do Conselheiro Rômulo Barbosa Maltez, no sentido de anular a decisão de primeira instância que decidiu pela procedência do Auto de Infração n.º 1715, devendo ser anulada a multa com valor de R\$ 670,69 (seiscientos e setenta reais e sessenta e nove centavos).** Data da conclusão do Julgamento, 06/07/2023.

CRF, Sala Virtual de Julgamento, Sessão Ordinária n.º. 025/2023.

ANA CRISTINA CORDEIRO DA SILVA
Presidente

DYEGO ALVES DE MELO
Conselheiro – Relator

ARI CARVALHO DOS SANTOS

Rep. da SEMFAZ no CRF

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Conselheiro – Voto Divergente Vencedor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:8C29B70C

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 17/07/2023. Edição 3517

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>